

Artigo

Semeando Liberdade: a experiência do Projeto Tekojoja com o povo Guarani Kaiowá em contexto prisional

Sowing Freedom: the Tekojoja Project experience with the Guarani Kaiowá people in the prison context

Gesilane de Oliveira Maciel José¹

Fernando Silveira Alves²

Resumo: Este estudo analisou o Projeto Tekojoja: Semeando Liberdade, fruto de uma parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e o Ministério dos Povos Indígenas voltado aos indígenas Guarani Kaiowá no Estabelecimento Penitenciário de Amambai/MS. A iniciativa buscou fortalecer a autonomia e a reinserção social por meio de uma abordagem multidisciplinar que vai além da remição de pena. As ações englobaram cursos de qualificação profissional baseados nos interesses dos custodiados, assistência jurídica para garantia de direitos fundamentais e acompanhamento psicossocial focado na escuta qualificada e reflexão crítica sobre a violência. Com metodologia qualitativa baseada em relatos de experiência da equipe de execução, o trabalho demonstra que estratégias humanizadas e interdisciplinares são fundamentais para transformar a realidade prisional. Os resultados indicaram impactos positivos na vida dos indígenas, promovendo novas perspectivas de futuro e contribuindo diretamente para o fortalecimento do Teko Porã (Bem Viver) e do protagonismo desse povo após o cumprimento da pena.

Palavras-chave: Educação em prisões; Povos indígenas; Guarani Kaiowá; Reinserção Social.

Abstract: This study analyzed the "Tekojoja Project: Sowing Freedom," a partnership between the Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso do Sul and the Ministry of Indigenous Peoples to support the Guarani Kaiowá people at the Amambai/MS Penal Establishment. The initiative sought to strengthen autonomy and social reintegration through a multidisciplinary approach that transcends mere sentence reduction. Actions include professional qualification courses based on the interests of the incarcerated individuals, legal assistance to ensure fundamental rights, and psychosocial support focused on qualified listening and critical reflection on violence. Using a qualitative methodology based on experience reports from the execution team, this work demonstrates that humanized and interdisciplinary strategies are vital for transforming the prison reality. The results indicate positive impacts on the lives of indigenous people, promoting new future perspectives and directly contributing

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS). E-mail: gesilane.jose@ifms.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5868-8459>. Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9120851200345653>.

² Mestre em Matemática Aplicada e Computacional pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS). E-mail: fernando.alves@ifms.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3927-6058>. Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4574328111611495>.

to the strengthening of Teko Porã (Good Living) and indigenous protagonism following the completion of their sentences.

Keywords: Prison education; Indigenous peoples; Guarani Kaiowá; Social reintegration.

1- Introdução

O contexto prisional brasileiro reflete as desigualdades históricas e estruturais que permeiam a sociedade, sendo espaço de concentração de vulnerabilidades sociais, econômicas e étnicas. No caso do Mato Grosso do Sul (MS), essa realidade assume contornos particulares devido à presença expressiva de populações indígenas, especialmente os Guarani Kaiowá, que enfrentam processos históricos de expropriação territorial, exclusão e violência. Nesse cenário, iniciativas voltadas à promoção da autonomia e da reinserção social de indígenas privados de liberdade tornam-se estratégicas para a efetividade das políticas públicas e para o fortalecimento dos direitos humanos.

O Projeto Tekojoja: Semeando Liberdade faz parte da Meta 3³, no âmbito do Programa Teko Porã: Fortalecimento do Bem Viver do Povo Guarani Kaiowá, desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)⁴ em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI)⁵ no Estabelecimento Penitenciário de Amambai (EPAm), e insere-se nesse contexto como uma ação que alia educação, psicologia e assistência jurídica no ambiente prisional. A investigação teve como objetivo compreender de que modo o projeto incorpora a cosmovisão do Teko Porã (Bem Viver) e contribui para o processo de humanização e o fortalecimento identitário de indígenas Guarani Kaiowá em situação de privação de liberdade. Com base em uma perspectiva intercultural e interdisciplinar, propôs-se transcender a lógica da mera remição de pena, priorizando a formação integral e a escuta qualificada.

Diante desse contexto, a questão norteadora do estudo foi: como o Projeto Tekojoja implementou a cosmovisão do Teko Porã e promoveu a humanização e o

³ Sob a coordenação de Gesilane de Oliveira Maciel José (IFMS).

⁴ Sob a coordenação geral de Fernando Silveira Alves (IFMS).

⁵ Desenvolvido por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED).

fortalecimento identitário dos povos indígenas Guarani Kaiowá, confrontando a lógica de punição e exclusão historicamente imposta pelo sistema prisional brasileiro?

Assim, o presente estudo analisou o processo de implementação do referido projeto, destacando seus desafios, estratégias e resultados alcançados, a partir de um relato de experiência desenvolvido por parte da equipe executora, entre fevereiro de 2025 e abril de 2026.

2 - Perspectivas teóricas sobre educação e bem viver

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) reconhece o direito à diversidade cultural e às formas próprias de organização social (Art. 231), exigindo políticas que respeitem os valores e saberes tradicionais. Nesse sentido, o conceito de Teko Porã, que em guarani significa “Bem Viver”, expressa uma cosmovisão ancestral baseada na concepção de vida coletiva, harmonia, solidariedade e respeito à Natureza, em oposição às lógicas punitivas e individualistas predominantes no sistema penal.

A fundamentação do Teko Porã reside em uma filosofia profunda e em dados que evidenciam a realidade deste povo. O Bem Viver é uma filosofia em construção e universal que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que está presente em diversas culturas. “Teko Porã é a tradução literal da expressão *kíchwa sumak kawsay*. Teko se refere à vida e à existência em comunidade; Porã pode ser traduzido como belo, bonito, bom” (Turino, 2016, p. 14). O sentido de *nhandereko* remete a “nossa forma de vida” e traz um conjunto de valores específicos dos povos guaranis que resistem no Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai (Turino, 2016). No caso guarani, “O Teko Porã é a representatividade da boa nova, da utopia por tempos outros que sejam solidários, fraternos, de abundância, nostalgia, de viver em liberdade” (Mota, 2017, p. 65). O conceito resgata a sabedoria ancestral ao se opor ao modelo capitalista de acumulação, que objetifica pessoas e o meio ambiente. Essa filosofia preconiza o equilíbrio e a harmonia em três níveis: consigo mesmo, com a sociedade e com a Natureza, garantindo uma profunda interconexão entre todos os seres. Propõe, ainda, um estilo de vida sustentável em pequena escala produtiva, baseado em relações de produção autônomas, essenciais para a dignidade humana e a sobrevivência planetária (Acosta, 2016).

Essa dimensão ética e existencial da vida comunitária projeta-se, inevitavelmente, sobre o espaço físico e simbólico onde o grupo se reproduz. A

compreensão dos direitos territoriais para os povos originários, como os Guarani Kaiowá atendidos pelo projeto, ultrapassa a dimensão jurídica da posse de terra e configura-se como uma ontologia política. Segundo Escobar (2015), a defesa do espaço é, simultaneamente, a defesa de um modo de vida e de uma forma própria de conceber o real. Esta perspectiva é ampliada ao reconhecermos que a presença indígena introduz na esfera pública elementos que a modernidade costuma ignorar, como a agência de entidades não humanas que participam na constituição desse território. La Cadena e Blaser (2018) denominam estas entidades como "seres-terra", cuja existência não pode ser reduzida a meras crenças culturais ou folclore, pois são constituintes da própria realidade desses povos.

O território, portanto, é o alicerce da existência. Para Escobar (2010, p. 98), “[...] o território é o espaço – biofísico e epistêmico ao mesmo tempo – onde a vida se executa de acordo com uma ontologia particular, onde a vida se faz ‘mundo’”. Essa indissociabilidade entre terra e ser é o que fundamenta a subjetividade verbal e social dos Guarani.

Três elementos fundamentais definem o modo de ser e a identidade Guarani: o *ava ñe'ë* (a fala/linguagem, que é intrinsecamente ligada à alma e definidora da identidade verbal); o *tamõi* (os ancestrais míticos comuns); e o *ava reko* (modo de vida e conduta social). Esses aspectos orientam a compreensão do mundo e a forma de relação com a comunidade (Instituto Socioambiental, s/d).

Contudo, a história recente desse povo é marcada pela ruptura traumática desses vínculos territoriais. Com uma origem que remonta ao século V d.C. nas florestas tropicais do sul do Brasil, o povo Guarani já ocupava uma vasta região do litoral ao interior, quando os europeus chegaram no século XVI. O contato foi profundamente violento e marcado por intensas disputas territoriais que visavam a escravização em massa. Essa violência histórica resultou em grandes perdas populacionais e migrações forçadas, que alteraram a ocupação espacial do grupo. Após um período de relativo isolamento, os Guarani, especialmente os Kaiowá e Ñandeva no sul de Mato Grosso do Sul, passaram a enfrentar um processo sistemático de desapropriação territorial e, mais recentemente, foram submetidos a políticas de criação de reservas e integração compulsória à sociedade. Essa contínua desapropriação se intensificou desde a década de 1920, manifestando-se pela

derrubada das matas para dar lugar à expansão de empreendimentos agropecuários (Instituto Socioambiental, s/d).

A redução desses territórios tradicionais impacta diretamente a manutenção da cultura e da língua. Para o povo Guarani, a língua possui uma relevância cosmológica e religiosa, sendo um fator importante na construção de sua identidade étnica. A língua guarani é falada de formas distintas por vários povos, incluindo os subgrupos Ñandeva, Kaiowá e Mbya, cujos dialetos pertencem à família linguística Tupi-Guarani, do tronco Tupi. Apesar da grande dispersão geográfica desses subgrupos, as diferenças linguísticas entre eles são relativamente pequenas (Instituto Socioambiental, s/d).

Sua organização social, econômica e política é baseada, predominantemente, por uma família extensa (grupos macrofamiliares) que se estrutura em torno de um líder, geralmente um homem (avô), embora também existam líderes femininas (avó), mais comuns entre os Ñandeva. O líder familiar é responsável por aglutinar, orientar política e religiosamente os parentes, e decidir sobre a ocupação espacial no território. A casa da liderança funciona como centro comunitário e religioso, onde se realizam os rituais sagrados e as famílias nucleares se reúnem. O casamento segue regras exogâmicas (proibição de união na mesma família extensa) e tradicionalmente adota o padrão uxorilocal (o marido reside com a família da esposa), reforçando os laços e a força política e econômica do grupo macrofamiliar (Instituto Socioambiental, s/d).

Os Guarani hoje em dia denominam os lugares que ocupam de *tekoha*. “A palavra *tekoha* representa todas as esferas do modo de vida Guarani e Kaiowá relacionadas com o espaço geográfico” (Mota, 2017, p. 65). Esta definição converge com a perspectiva de Escobar, para quem o território é um: “[...] espaço coletivo, composto por todo o lugar necessário e indispensável onde homens e mulheres, jovens e adultos, criam e recriam suas vidas. É um espaço de vida onde se garante a sobrevivência étnica, histórica e cultural”⁶ (Escobar, 2015, p. 96).

Assim, o termo remete ao lugar físico – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc. – onde se realiza o *teko*, o “modo de ser”, o estado de vida guarani (Instituto Socioambiental, s/d). O forte vínculo histórico da comunidade com o território, somado às conexões afetivas e religiosas, é fundamental para entender a reivindicação Kaiowá. Por essa razão, os Kaiowá não demandam qualquer terra, mas

⁶ Tradução nossa.

sim aquelas específicas com as quais se sentem ligados por esses laços mencionados (Oliveira, Pereira, 2009; Mota, 2017). Politicamente, cada *tekoha* é liderado por um chefe, mas este poder é relativo, uma vez que a grande autonomia dos grupos familiares impede a centralização total, exigindo a atuação do chefe apenas em momentos de crise que afetam toda a comunidade (Instituto Socioambiental, s/d).

Atualmente, a preservação desses espaços enfrenta desafios estatísticos e sociais alarmantes. Segundo o Censo do IBGE (2023), o Brasil possui uma população de 1,7 milhão de indígenas, englobando 391 etnias declaradas e 295 línguas indígenas em todo o território nacional. Desse total, o Povo Guarani Kaiowá apresenta uma expressiva representatividade demográfica, com uma população de 58.457 pessoas, concentradas majoritariamente no estado do Mato Grosso do Sul, que abriga 139 das etnias registradas no país. No que tange à dimensão linguística, a língua Guarani Kaiowá consolida-se como a segunda com o maior número de falantes, atingindo 38.658 pessoas. Esse dado revela que, embora o idioma resista como um pilar central da subjetividade desse povo, há uma parcela significativa da população que já não o utiliza como primeira língua, evidenciando as pressões socioculturais sofridas pelo grupo.

Esses mesmos dados explicitam a profunda vulnerabilidade social e a precariedade de infraestrutura que afetam o grupo: mais de 70% dos domicílios não possuem água encanada e mais de 80% não têm acesso à rede de esgoto. Em relação à destinação do lixo, mais de 80% da população carece de serviços de coleta direta ou indireta (IBGE, 2023). Tais indicadores demonstram a urgência de intervenções sociais, visto que a precariedade material contrasta com a expressiva relevância demográfica e linguística do Povo Guarani Kaiowá.

De acordo com o *Indigenous Peoples Rights International* (2021), o povo Guarani Kaiowá, é uma sociedade historicamente marcada pela luta pela terra e pela sobrevivência contra a violência. Essa violação de direito territorial tem resultado em alta densidade demográfica, carência de políticas públicas (como saneamento e alimentação) e na exposição à contaminação por agrotóxicos devido à monocultura do agronegócio (soja) na região.

O contexto de precarização da vida é acompanhado de elevados índices de morte e suicídio entre os indígenas, demonstrando a profunda crise social e a

vulnerabilidade impostas pela destruição de seu território (Indigenous Peoples Rights International, 2021).

Diante da morosidade estatal e da violação sistemática do direito ao território e à vida, desde 2007 as comunidades Guaranis decidiram iniciar retomadas de suas áreas tradicionais sagradas. Cada movimento de retomada tem sido recebido com violência extrema por fazendeiros locais e milícias armadas, que atacam com tiros, queimam casas, sequestram e despejam indígenas na beira da rodovia, resultando em desnutrição e insegurança. Essa violência ocorre mesmo após a intervenção de órgãos como o Ministério Público Federal e a visita de relatores da Organização das Nações Unidas (ONU), sublinhando a recorrência da impunidade e o fracasso do Estado em proteger o direito fundamental à vida e ao território dos Guarani Kaiowá (Indigenous Peoples Rights International, 2021; Ioris, 2024).

A violência estrutural e o confinamento em áreas exíguas e a ineficácia do Estado em garantir os direitos básicos e punir os crimes contra as comunidades, resultam em uma exposição agravada desse povo à criminalidade e, conseqüentemente, ao sistema prisional. Nesse contexto, a prisão não se configura apenas como um local de cumprimento de pena, mas como o ponto culminante de um longo processo de desumanização e exclusão imposto, entre outros fatores, pelo conflito territorial.

Sob a ótica do ordenamento jurídico nacional, a discussão sobre o encarceramento indígena exige um retorno aos marcos regulatórios da execução penal. As políticas públicas voltadas à pessoa privada de liberdade são orientadas por marcos legais como a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que estabelece a educação e o trabalho como direitos (Brasil, 1984).

O Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional reforça a necessidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais (Brasil, 2011). Na mesma direção, a Resolução nº 391/2021 dispõe sobre a remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade, reconhecendo atividades não escolares como parte do processo educativo (CNJ, 2021). A meta é que tais ofertas alcancem a reintegração social do indivíduo, garantindo oportunidades de socialização e desenvolvimento humano.

Entretanto, para que essas políticas alcancem efetividade junto aos povos originários, é fundamental considerar que a estrutura das instituições totais muitas vezes opera em sentido contrário ao Bem Viver.

Essa contradição pode ser compreendida à luz da genealogia do poder disciplinar proposta por Foucault (1987). Para o autor, a prisão não é apenas um espaço de confinamento físico, mas o resultado de um processo social e histórico de disciplinamento dos corpos, em que o poder se exerce por meio da vigilância, do controle e da normalização dos comportamentos. O cárcere, nesse sentido, constitui-se como um dispositivo de produção de subjetividades dóceis e úteis, alinhadas à racionalidade punitiva e à economia do trabalho. Assim, o objetivo não é apenas punir, mas modelar o corpo e a conduta, impondo uma pedagogia da submissão e da utilidade (Foucault, 1987).

Complementarmente, Goffman (1974), define a prisão como uma instituição total, projetada para despojar o indivíduo de sua identidade e de sua concepção de si mesmo. Ao ingressar no estabelecimento penal, o indivíduo é imediatamente destituído de suas disposições pessoais e sociais, sendo submetido a processos de admissão que impõem a padronização do comportamento. Este rito de despersonalização funciona como um teste de obediência no qual a subjetividade é substituída por uma identidade institucional controlada.

Para além dessa perspectiva, Dieter e Freitas Jr. (2021), compreendem que as fronteiras da cultura prisional ultrapassam as instituições de privação de liberdade. Na visão dos autores, a barreira física não impede a circulação de fluxos simbólicos e comportamentais entre o cárcere e a comunidade. O aprisionamento moderno consolida uma 'presença-da-prisão' que transborda o ambiente institucional, moldando valores, discursos e práticas cotidianas, inclusive em populações nunca formalmente encarceradas. Essa onipresença estabelece uma espécie de “ética do crime” que rege relações sociais e oferece parâmetros de conduta para a sobrevivência em contextos de vulnerabilidade. No caso dos indígenas Guarani Kaiowá, essa dinâmica torna-se ainda mais complexa: o sujeito é atravessado tanto pela exclusão étnica quanto pela nova identidade “criminosa” imposta pelo sistema.

É justamente para mediar essa contradição entre a norma jurídica e a desumanização carcerária que surge o Projeto Tekojoja. A iniciativa busca promover a reinserção social e o fortalecimento do protagonismo indígena, resgatando a

dignidade mesmo sob condições de privação de liberdade. Nesse cenário de disputa de subjetividades, o projeto compreende que o Teko Porã funciona como uma forma de resistência ativa à desumanização. Essa resistência manifesta-se como uma cosmopolítica indígena, na qual o sujeito procura recompor as suas conexões ancestrais mesmo sob condições de isolamento.

Desse modo, a produção de conhecimentos no projeto não visa à assimilação do indígena à cultura urbana-industrial, mas sim a criação de um espaço onde o saber técnico e o saber ancestral se encontram na divergência, permitindo uma aprendizagem que reconhece a legitimidade de múltiplas ontologias. Ao invés de uma cidadania fragmentada ou de uma identidade forjada na “ética do crime”, a proposta é reconectar o indígena ao seu território e aos seus direitos fundamentais, oferecendo caminhos para que a soltura não signifique apenas o retorno a uma “quebrada” vigiada, mas a retomada do seu protagonismo comunitário.

Tal movimento de retomada do ser aponta para o que se pode definir como uma ruptura epistemológica. Ao invés de corrigir pela coerção, propõe restaurar a harmonia e o pertencimento comunitário. O diálogo e a corresponsabilidade substituem o isolamento e o controle, apontando para uma ética do cuidado, da escuta e da coexistência.

Essa abordagem se baseia no entendimento de que a interculturalidade diz respeito a um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas, pautado no respeito, na legitimidade mútua e na igualdade. Adotar a perspectiva intercultural na educação significa reconhecer o "outro" e promover o diálogo entre os diferentes grupos sociais (Candau, 2013). A proposta do projeto visa, portanto, não apenas à remição de pena, mas também à promoção de processos formativos que respeitem os saberes tradicionais, a língua materna e as formas próprias de aprendizagem desse povo.

Essa proposta de reconhecimento e alteridade converge com o pensamento de Freire (1987), para quem a humanização é a vocação ontológica do ser humano, frequentemente negada pelas estruturas da opressão. O “semear liberdade”, ainda que dentro dos muros da prisão, materializa a práxis freireana: a união entre reflexão crítica e ação transformadora. A educação, nesse contexto, deixa de ser instrumento de adaptação e passa a ser um ato político de libertação, uma forma de resistência, mesmo sob o domínio das instituições disciplinares.

Nessa direção, o diálogo entre a pedagogia freireana e a cosmovisão Guarani revela pontos de contato fundamentais. Ambas compartilham a compreensão de que a liberdade não é um estado individual, mas um processo coletivo de reconstrução do ser em relação ao outro e ao mundo. Se para Freire a libertação ocorre pela conscientização e pelo diálogo, para o povo Guarani ela se concretiza na vivência do Teko Porã, expressão do “Bem Viver”, que integra corpo, espírito, comunidade e natureza em uma totalidade harmônica. É nesse horizonte que o projeto encontra sentido, ao propor práticas educativas que restituem o pertencimento e reatam os vínculos entre os sujeitos e sua coletividade originária.

3 - Detalhamento do projeto e aspectos metodológicos

Em setembro de 2025, Mato Grosso do Sul registrava 17.687 pessoas em situação de privação de liberdade (Agepen, 2025). Nesse contexto, o número de indígenas custodiados no estado dobrou entre 2016 e 2025, passando de 235 para 480 indivíduos (Brasil, 2025), evidenciando a crescente representatividade dessa população no sistema prisional sul-mato-grossense.

Esse aumento expressivo reflete processos históricos de violência e exclusão que atravessam os povos indígenas no estado, especialmente aqueles relacionados à luta pela retomada de territórios originários. Somado ao cenário de disputa fundiária, o encarceramento é impulsionado por uma complexa rede de violações que resulta na desestruturação dos laços comunitários e no aumento de conflitos intrafamiliares, muitas vezes tipificados como crimes de gênero. Tais trajetórias históricas, marcadas tanto pelo confronto externo quanto pela fragilização das relações internas, consolidam um quadro que demanda intervenções estatais especializadas e condizentes com a realidade étnica local.

Essa demanda esbarra, contudo, em padrões de criminalização que rotulam o indígena como "integrado" ou "aculturado" para negar-lhe o direito ao tratamento diferenciado previsto em lei. Segundo Guajajara, Santana e Lunelli (2023), a utilização desses termos pelo Judiciário brasileiro mascara uma estratégia de silenciamento: ao classificar o indígena como "aculturado", o sistema ignora as raízes coletivas e territoriais do conflito, reduzindo a luta pela terra a crimes comuns e isolando o indivíduo de sua proteção constitucional.

Inserido nesse contexto de violações sistemáticas, em 2023, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) instituiu o Gabinete de Crise Guarani Kaiowá⁷, com a finalidade de propor ações concretas contra a violação de direitos humanos dessas coletividades, atendendo a recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A partir das diligências desse Gabinete, que identificou a urgência de respostas transversais para a crise humanitária vivida pelo povo Guarani, foi elaborado o Programa Teko Porã, com iniciativas voltadas à efetivação de direitos dos povos indígenas.

Nesse âmbito, surge o Projeto Tekojoja: Semeando Liberdade, integrante da Meta 3 do referido Programa. Executado pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) em parceria com o MPI, o projeto atua no Estabelecimento Penitenciário de Amambai (EPAm). A escolha por esta unidade prisional baseia-se na forte presença de indígenas Guarani Kaiowá na região e na sua configuração como projeto-piloto, desenhado para futura replicação em outras instituições. A unidade penal em questão opera em regime fechado desde 2005, e abriga cerca de 180 custodiados, com uma média de 22 indígenas, contingente que representa mais de 10% do total da população carcerária local.

O projeto é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar composta por diferentes profissionais, incluindo: coordenação geral do Programa (responsável pela supervisão e acompanhamento estratégico das ações); coordenação do Projeto Tekojoja (encarregada pela gestão operacional, planejamento e execução das ações específicas de reinserção social); professor prisional (responsável por conduzir atividades pedagógicas e acompanhar os cursos ofertados no ambiente prisional, orientando os profissionais quanto ao contexto cultural indígena); psicólogo (encarregado de promover rodas de conversa e fomentar reflexões coletivas sobre saúde mental e bem-estar); assessor jurídico (responsável por prestar assistência informativa sobre os processos penais, garantindo o acesso à justiça e a observância dos direitos fundamentais); e técnico administrativo (incumbido de realizar o suporte burocrático, logístico e de gestão de documentos necessários ao andamento do projeto).

⁷ Portaria GAB/GM/MPI Nº 217, de 22 de setembro de 2023.

As ações foram estruturadas em três etapas: (i) estabelecimento de parceria com o EPAm; (ii) levantamento do perfil sociodemográfico e cultural dos indígenas privados de liberdade, via questionário, para identificar demandas da formação profissional; e (iii) o desenvolvimento de atividades educacionais, psicossociais e jurídicas.

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo. De acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa abrange um universo complexo que inclui significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, elementos essenciais para a compreensão do impacto do Projeto Tekojoja na vida dos indígenas Guarani Kaiowá.

A investigação estruturou-se em duas etapas, a saber: a) Pesquisa bibliográfica (Gil, 2002), por meio de um procedimento sistemático que se fundamenta no conhecimento teórico acumulado e já publicado, fornecendo o embasamento conceitual sobre a população indígena em contexto prisional e o marco teórico do Bem Viver (Teko Porã); b) Relato de experiência, conforme a perspectiva de Antunes *et al.* (2024), que compreendem essa modalidade como um estudo voltado à construção do conhecimento a partir da interação empírica entre o pesquisador e o campo, permitindo a investigação dos fenômenos em seu ambiente natural. Nesse tipo de abordagem, o pesquisador mantém uma relação sistemática com o objeto de estudo, realizando uma descrição transparente, de modo a assegurar a fidedignidade e a validade científica da comunicação dos resultados.

A coleta de informações fundamentou-se nas vivências diretas de parte da equipe executora vinculada ao IFMS. Os dados foram sistematizados a partir de registros de reuniões, relatórios de atividades e observações *in loco*, desenvolvidos no período entre fevereiro de 2025 e abril de 2026. A análise buscou evidenciar os aspectos pedagógicos, psicossociais e jurídicos que emergiram no desenvolvimento das ações junto aos indígenas no EPAm.

Cabe salientar que os registros fotográficos utilizados provêm exclusivamente de materiais tornados públicos pelas páginas oficiais do Programa Teko Porã⁸.

⁸ Informações disponíveis em: <https://www.ifms.edu.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-teko-pora/programa-teko-pora>. A rede social é mantida pelo IFMS referente ao Programa Teko Porã: <https://www.instagram.com/teko.poraifms/>. (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2025a, 2025b).

Embora o estudo não tenha sido submetido a um Comitê de Ética em Pesquisa por tratar-se de um relato de experiência institucional fundamentado em dados públicos e observação profissional, respeitou-se o sigilo e a integridade das informações. Ressalta-se, por fim, que este relato reflete a perspectiva dos executores, sem interlocução direta com os participantes indígenas.

Para fins analíticos, a vivência foi interpretada a partir de três eixos: a) pertencimento, que diz respeito à reconstrução de vínculos identitários, territoriais e comunitários entre os indígenas privados de liberdade; b) educação libertadora, que se manifesta nas práticas dialógicas e na escuta qualificada; c) cultura como resistência, que se expressa na valorização dos saberes tradicionais e da língua Guarani como fundamentos de reexistência e cura coletiva. Esses eixos orientaram a leitura dos resultados e a análise crítica sobre os impactos do Projeto Tekojoja no contexto prisional.

4 - Resultados e impactos observados: o Projeto Tekojoja em ação

Como mencionado no eixo anterior, a Meta 3 – Projeto Tekojoja: Semeando Liberdade integra o Programa Teko Porã, e tem como finalidade contribuir com a reinserção social de indígenas privados de liberdade por meio de atividades educativas, profissionais e de fortalecimento identitário.

As ações foram precedidas por um período inicial de articulação institucional, marcado por reuniões de planejamento, alinhamento interinstitucional e pactuação de estratégias entre o IFMS e o MPI.

Em março de 2025, foi realizado o primeiro contato com o EPAm com o objetivo de apresentar a proposta e firmar a parceria institucional. A direção da unidade demonstrou imediata disponibilidade e abertura à iniciativa, ressaltando o caráter inédito da proposta, uma vez que, até aquele momento, o estabelecimento não havia sediado projetos especificamente direcionados à população indígena.

Durante as reuniões de diagnóstico e planejamento, a própria gestão da unidade chamou atenção para uma característica relevante do público atendido: uma parcela significativa dos indígenas custodiados respondia por crimes graves contra a pessoa. Essa especificidade do contexto prisional de Amambai/MS exigiu que o planejamento das intervenções considerasse não apenas as especificidades étnico-culturais, mas também a complexidade das trajetórias infracionais, demandando uma

abordagem que aliasse o compromisso com a humanização e a reflexão crítica sobre a violência.

4.1 - Pertencimento e identidade

O fortalecimento do pertencimento e da identidade indígena começou a ser construído ainda nas etapas iniciais de implementação do Projeto Tekojoja.

No primeiro encontro com os indígenas, aplicou-se um levantamento do perfil sociodemográfico e cultural junto a 22 indígenas privados de liberdade, considerando idade, estado civil, pertencimento étnico, escolaridade, domínio linguístico e ocupação anterior à prisão, com o objetivo de subsidiar o planejamento das ações formativas e assegurar sua adequação às especificidades do grupo. Na sequência, apresenta-se o registro do diálogo com os custodiados indígenas.

Figuras 1 e 2: Registros da visita e conversa com os indígenas Guarani Kaiowá no Estabelecimento Penitenciário de Amambai



Fonte: <https://www.instagram.com/teko.poraifms/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

O perfil etário dos internos revela uma forte concentração na juventude, com 10 indivíduos (mais de 45% do total) situados na faixa de 18 a 24 anos. O grupo seguinte, de 25 a 29 anos, é composto por quatro pessoas, seguido por duas pessoas entre 30 e 34 anos. As demais faixas etárias, de 35 a 45 anos (três internos), 46 a 60 anos (uma pessoa) e 61 a 70 anos (duas pessoas), representam uma minoria, indicando a predominância de jovens adultos no programa.

O levantamento sobre o estado civil dos participantes demonstra que a maioria é solteira (10 indivíduos), seguida por cinco casados e um viúvo. Seis internos optaram por não informar o seu estado civil. Em relação à parentalidade, a maior parte dos indígenas (13) possui filhos.

No que se refere ao domínio da Língua Portuguesa, observou-se uma alta taxa de compreensão oral, com 19 internos afirmando falar ou entender o idioma, e apenas três reportando entender "um pouco". Já a proficiência na escrita é mais heterogênea: 15 confirmaram que escrevem, mas um grupo significativo (cinco) relata escrever "um pouco", enquanto dois não escrevem. Ou seja, a maioria fala ou compreende o português, ainda que com limitações na escrita. Esse dado é importante, considerando a mediação pedagógica do projeto.

Sobre a comunidade de origem, há uma forte concentração de participantes provenientes da Aldeia Amambai (13 indivíduos). Os demais indígenas são oriundos de seis aldeias diferentes, o que indica uma distribuição geográfica ampla da população carcerária envolvida no projeto.

Do ponto de vista educacional, o quadro geral apresenta baixa escolaridade, com a maioria (13 indivíduos) possuindo apenas o Ensino Fundamental Incompleto. A distribuição de escolaridade abrange, ainda, um indivíduo que nunca estudou, dois com Ensino Fundamental Completo, dois com Ensino Médio Incompleto, e três com Ensino Médio Completo, além de um participante com Ensino Superior Incompleto. Tal cenário, somado ao fato de que apenas um interno havia realizado curso profissionalizante antes da prisão, evidencia a presença de trajetórias educacionais interrompidas e a ausência de políticas de formação profissional prévias e contínuas voltadas especificamente para os povos indígenas.

Em período anterior à prisão, a experiência profissional dos internos concentrava-se majoritariamente nas áreas de Serviços Gerais (12 indivíduos) e Aquicultura (7 indivíduos). As demais ocupações, que representam uma minoria, incluíam: Caçador/Pescador (1), Construção Civil (1), Soldador (1) e Operador de Máquina (1). Esse panorama reflete a predominância de trabalhos que exigem baixa qualificação formal, muitas vezes vinculados a setores básicos do mercado de trabalho.

Os cursos de interesse manifestados pelos internos são variados, indicando uma diversidade de aspirações profissionais e econômicas. As áreas com maior demanda são Agricultura (9), Cabeleireiro/Barbeiro (5) e Construção Civil (5). Outras qualificações procuradas incluem: Carpintaria/Marcenaria (4), Informática (4), e cursos com dois interessados em Impressão e Personalização de Produtos, Costura e Operador de Máquina. Há ainda o interesse individual (um inscrito em cada) em Piscicultura, Motorista, Radiologia, Panificação e Produção de Artesanato Tradicional.

A análise dos dados coletados mostra um grupo majoritariamente jovem, com vínculos familiares, evidenciando a necessidade de ações que considerem tanto a juventude quanto a parentalidade. Embora a maioria se comunique em língua portuguesa, foram identificadas dificuldades, especialmente no entendimento durante as conversas, o que reforça a importância de mediação linguística e de práticas pedagógicas bilíngues respeitando a língua materna.

A origem comunitária dos participantes concentra-se em algumas comunidades específicas, como é o caso da Aldeia Amambai, o que pode facilitar ações futuras de reinserção social articuladas com as lideranças locais. Os dados educacionais revelam trajetórias marcadas pela interrupção ou ausência de escolarização formal, e a quase inexistência de formação profissional destaca a urgência de políticas educacionais e de qualificação que respeitem a diversidade cultural.

A análise desses dados evidencia trajetórias marcadas por processos históricos de exclusão educacional, econômica e territorial. Conforme a perspectiva foucaultiana, o sistema penal não atua de forma isolada, mas integra uma rede de dispositivos que incidem de maneira diferenciada sobre determinados grupos sociais, tornando corpos indígenas mais suscetíveis à captura penal. Nesse sentido, o perfil dos participantes não pode ser explicado por falhas individuais isoladas, mas deve ser compreendido à luz de processos estruturais e culturais de produção da marginalização, sem desconsiderar a responsabilidade pessoal pelos atos cometidos.

Ao realizar esse levantamento por meio do diálogo e da escuta qualificada, o Projeto Tekojoja rompe, ainda que parcialmente, com a lógica de despersonalização típica das instituições totais (Goffman, 1974). Essa ruptura é fundamental, pois, como advertem Dieter e Freitas Jr. (2021), a ausência de uma presença estatal qualificada no cárcere faz com que a “presença-da-prisão” e a sua respectiva “ética do crime” se

tornem a única orientação prática e simbólica disponível para o custodiado. Ao reconhecer a origem, língua, interesses e trajetórias, o projeto atua no que os autores definem como um engajamento ativo necessário para superar a “lei do silêncio” e a hostilidade cultural típicas de campos contestados, configurando-se como um gesto pedagógico de restituição da condição de sujeito, frequentemente negada no contexto prisional.

Sob a perspectiva de Paulo Freire (1987), esse movimento pode ser interpretado como um momento inaugural de conscientização, no qual o sujeito passa a reconhecer-se como ser histórico, situado e atravessado por relações de opressão. Assim, o pertencimento emerge como resultado fundamental do projeto, ao possibilitar a reconstrução simbólica dos vínculos com o *tekoha*, com a comunidade e com a própria dignidade, tensionando os mecanismos de apagamento identitário impostos pelo cárcere. Dessa forma, a oferta de educação e qualificação pelo IFMS não se configura meramente como um suporte técnico, mas uma estratégia de readaptação cultural (Dieter; Freitas Jr., 2021) que visa oferecer ao indígena um lastro de cidadania para enfrentar a dupla exclusão, formal e comportamental, no momento da soltura, substituindo a identidade forjada no crime pela afirmação do Teko Porã.

Cabe ressaltar que os dados apresentados foram coletados no início da execução do Projeto Tekojoja. Contudo, nota-se que, apesar da alta rotatividade inerente à população carcerária, o perfil geral dos custodiados tendeu a se manter semelhante ao longo do tempo. Assim, embora a identidade dos indivíduos em privação de liberdade mude continuamente, as características sociodemográficas e penais do grupo preservam uma constância que valida o retrato inicial obtido.

Diante desse contexto, as ações do Projeto Tekojoja foram concebidas a partir das especificidades socioculturais, linguísticas e educacionais do grupo, tendo o fortalecimento do pertencimento e da identidade indígena como princípio orientador das práticas educativas e dos processos de reinserção social.

4.2 - Educação libertadora, diálogo e formação humana

Considerando o perfil inicial e as condições estruturais da unidade penal, foram definidos cursos de curta duração, compatíveis com a dinâmica institucional e a rotatividade dos custodiados. A escolha dessas formações foi orientada pelos

interesses manifestos pelos próprios indígenas, articulando a potencial geração de renda às possibilidades concretas de reinserção social.

- Cabeleireiro/Barbeiro e Horta Comunitária;
- Produção de Móveis com Paletes e Informática Básica;
- Marcenaria Profissional.

Tal escolha representa um deslocamento significativo em relação às práticas tradicionais de educação em prisões, frequentemente orientadas por critérios institucionais e disciplinadores. Ao considerar os interesses dos participantes, o Projeto Tekojoja aproxima-se da pedagogia freireana, reconhecendo os educandos como sujeitos ativos do processo educativo e rompendo com a lógica da educação bancária (Freire, 1987).

A seguir, alguns registros publicados no perfil de rede social do Programa Institucional.

Figuras 3. 4 e 5: Curso Horta Comunitária



Fonte: <https://www.instagram.com/teko.poraifms/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

O Projeto Tekojoja buscou valorizar atividades que promovem o resgate cultural e a reconexão com a terra, princípio fundamental do Teko Porã. Nesse sentido, a Horta Comunitária foi implementada não apenas como curso profissionalizante, mas como prática simbólica de cuidado, vida e resgate de saberes ancestrais. A partilha da colheita, por sua vez, reforça a dimensão comunitária dos povos originários.

Sob a ótica foucaultiana, essa prática pode ser compreendida como uma forma de resistência micropolítica, na medida em que reinscreve os corpos indígenas em relações de produção e coletividade, em oposição à lógica de controle, fragmentação e docilização que caracteriza o espaço prisional (Foucault, 1987).

Também, foram priorizadas qualificações que facilitam a rápida inserção econômica, como o curso de Cabeleireiro/Barbeiro, considerando seu baixo custo inicial e potencial de autonomia financeira, após a progressão para a liberdade.

Figuras 6 e 7: Curso Cabeleireiro/Barbeiro



Fonte: <https://www.instagram.com/teko.poraifms/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

Durante o período de execução, o acompanhamento psicológico mostrou-se essencial para a escuta qualificada e para o enfrentamento de temas sensíveis como violência e uso abusivo de álcool, convertendo as rodas de conversa em espaços de reflexão crítica, onde o aprendizado de um novo ofício se somou ao processo de reconstrução da própria identidade e dos laços coletivos.

Esses espaços de diálogo materializam a práxis freireana, ao articular reflexão e ação, permitindo que os participantes problematisassem suas trajetórias sem reduzi-las à culpabilização individual. Ao mesmo tempo, tais práticas tensionam o papel tradicional do cárcere como espaço de silenciamento, criando brechas para a construção coletiva de sentidos.

Como estratégia complementar de intervenção, incluiu-se o incentivo à atividade física orientada por um profissional da área, visando à promoção da saúde

física e mental dos internos. Essa combinação de formação técnica com desenvolvimento pessoal atuou como um instrumento de resgate da dignidade, preparando o terreno para que o custodiado pudesse também exercer plenamente sua cidadania.

Figuras 8 e 9: Diálogo com o Psicólogo e Atividade Física para a promoção do Bem-Estar dos indígenas



Fonte: <https://www.instagram.com/teko.poraifms/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

Para viabilizar esse exercício de direitos, a atuação do projeto estendeu-se à esfera institucional por meio da Assessoria Jurídica. Esta frente assegurou o acesso à informação e à justiça, contando com o apoio de tradutores bilíngues Guarani-Português.

Essa mediação linguística foi fundamental para garantir o direito à comunicação e assegurar que as especificidades étnicas fossem devidamente compreendidas e respeitadas no âmbito do processo legal.

Na segunda etapa de formação, foram oferecidos os cursos de Informática Básica e Produção de Móveis com Paletes, conforme registro a seguir.

Figuras 10 e 11: Cursos Informática Básica e Produção de Móveis com Paletes



Fonte: <https://www.instagram.com/teko.poraifms/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

O curso de Informática Básica teve como objetivo a inclusão digital, necessária para o pleno exercício da cidadania e o acesso a direitos no mundo contemporâneo; e a Produção de Móveis com Paletes focou no desenvolvimento de uma qualificação prática com viabilidade econômica. A escolha do palete como matéria-prima foi intencional, pois se trata de um material sustentável e de fácil acesso no contexto regional. Isso permite que os participantes desenvolvam habilidades de carpintaria e marcenaria com um baixo custo inicial para a montagem de um negócio próprio, facilitando a reinserção econômica e social e alinhando-se à filosofia do Teko Porã que valoriza o uso responsável dos recursos.

Posteriormente, foi oferecido o Curso de Marcenaria Profissional, no qual os participantes puderam expandir os conhecimentos básicos adquiridos anteriormente, avançando para o domínio de técnicas mais complexas de carpintaria fina. Esta etapa focou na precisão de cortes, no uso de maquinário especializado e na aplicação de acabamentos superiores, elevando a qualidade estética e funcional das peças produzidas. Ao transitar da construção com paletes para a marcenaria profissional, o projeto não apenas ampliou o repertório técnico dos custodiados, mas também fortaleceu sua percepção de valor sobre o próprio trabalho, consolidando esse campo de atuação como uma via concreta de profissionalização e emancipação social após o cumprimento da pena.

Essas práticas demonstram uma educação que não se limita à remição de pena, mas busca a formação integral e o resgate da dignidade. Como aponta Freire (1987), trata-se de um processo dialógico em que o educador e o educando se reconhecem como sujeitos históricos, e a aprendizagem se transforma em ato político de libertação.

4.3 - Cultura como resistência e reexistência

O projeto também buscou resgatar e fortalecer elementos culturais do povo Guarani Kaiowá, promovendo momentos de diálogo sobre o Teko Porã e os valores comunitários tradicionais.

Os resultados apontaram contribuições significativas no comportamento e na autoestima dos participantes, expressas pelo fortalecimento dos vínculos de solidariedade e cooperação. Essas dimensões se materializaram em diferentes oficinas e cursos desenvolvidos ao longo da execução do projeto.

De forma geral, a oficina de Horta Comunitária produziu impacto concreto e simbólico: as verduras cultivadas foram distribuídas entre as celas, o que melhorou a alimentação e fortaleceu laços solidários. Mais que um gesto técnico, o cultivo da terra tornou-se metáfora de cuidado e regeneração, permitindo que os indígenas se reconhecessem como sujeitos de história e memória, configurando-se como prática de “reexistência”. Plantar, cuidar e partilhar tornam-se atos de afirmação da vida indígena em um espaço historicamente estruturado para a negação da subjetividade.

O curso de Cabeleireiro/Barbeiro também gerou resultados diretos: alguns internos passaram a atender outros custodiados, obtendo remição de pena pelo trabalho e reconhecimento social dentro da unidade. Essa troca de saberes e serviços evidencia que a formação profissional, quando associada ao diálogo e à cooperação, rompe a lógica disciplinar e reafirma a autonomia.

Em outra frente formativa, o curso de Informática Básica promoveu a inclusão digital como ferramenta essencial de cidadania, enquanto as formações em Produção de Móveis com Paletes e Marcenaria Profissional ofereceram um caminho de especialização técnica progressiva. A transição do uso de insumos sustentáveis para o domínio da marcenaria profissional capacitou os participantes em atividades de alta viabilidade econômica, e reforçou a percepção de competência e a valorização do trabalho como meio de emancipação.

Ao converter a atividade técnica em um exercício de convivência e resgate de valores comunitários, a proposta contrapôs-se ao isolamento e às hostilidades do ambiente prisional. Essa dinâmica demonstrou que a cultura, quando assumida como eixo pedagógico, opera como estratégia de resistência frente aos dispositivos disciplinares do cárcere. Se para Foucault (1987), o poder atua sobre os corpos para normalizá-los; o Projeto Tekojoja demonstra que práticas culturais e educativas podem ressignificar esse espaço, produzindo subjetividades críticas e coletivas.

Ao confrontar o controle e a docilização dos corpos, e ao propor o diálogo e a consciência crítica, o Projeto Tekojoja evidencia que é possível ressignificar o cárcere como espaço de humanização e produção de subjetividades coletivas. Nesse sentido, a educação se afirma como práxis libertadora, na qual o aprender e o viver se articulam como gestos de liberdade, constituindo um ato político de resistência e reexistência.

5 - Considerações Finais

O Projeto Tekojoja: Semeando Liberdade constitui uma experiência inédita de educação intercultural e reinserção social voltada à população indígena em contexto prisional, ao articular saberes tradicionais, conhecimentos técnicos e práticas pedagógicas libertadoras em uma perspectiva de respeito à diversidade e promoção da dignidade humana.

Os resultados evidenciam que a integração entre qualificação profissional, apoio psicossocial e assistência jurídica, orientada pela filosofia do Teko Porã (Bem Viver), promove o fortalecimento identitário dos indígenas Guarani Kaiowá e tensiona a lógica punitiva do sistema prisional, ao afirmar a educação como instrumento de justiça social e resistência política. Ao oferecer uma alternativa à “ética do crime” frequentemente imposta como via de sobrevivência, o projeto contribuiu para a readaptação cultural dos participantes, substituindo o estigma do egresso por um lastro de cidadania e autonomia técnica.

Na perspectiva freireana, a educação libertadora pressupõe um processo de conscientização crítica no qual o sujeito é chamado a refletir sobre sua inserção histórica, social e ética no mundo. No contexto prisional, essa abordagem exige práticas pedagógicas que articulem responsabilização, reflexão crítica e reconstrução de projetos de vida. Nesse sentido, as ações do Projeto Tekojoja não operaram na

lógica da absolvição simbólica, mas da humanização crítica, ao reconhecer os indígenas privados de liberdade como sujeitos históricos e culturais capazes de compreender suas trajetórias e assumir, de forma consciente, a responsabilidade por seus atos como parte de um processo de cura coletiva e retorno ao Bem Viver (Teko Porã).

A experiência também contribuiu para a sensibilização de profissionais e gestores quanto à importância da interculturalidade nas práticas educativas e institucionais. Sob essa perspectiva, a superação do ciclo de exclusão associado ao “mundo do crime” demanda a reorientação das políticas públicas de punição e inclusão social, sendo a institucionalização de iniciativas como o Tekojoja um caminho concreto para enfrentar a hegemonia da cultura prisional e fortalecer a cidadania.

Recomenda-se, portanto, a consolidação do Projeto Tekojoja como eixo permanente das políticas públicas do Ministério dos Povos Indígenas, tendo o Teko Porã como horizonte ético-político orientador de práticas penais emancipatórias.

Conclui-se que as experiências desenvolvidas não apenas ampliam oportunidades formativas, mas reafirmam o potencial da educação como prática de transformação social, demonstrando que, mesmo em contextos de privação de liberdade, é possível fortalecer o pertencimento coletivo e construir alternativas concretas de reinserção social.

Por fim, a experiência evidencia que a atuação das instituições públicas de ensino, quando orientada pelo respeito à alteridade e pela valorização dos saberes tradicionais, pode contribuir para a construção de práticas educativas interculturais comprometidas com a justiça social. Nesse horizonte, a efetivação de direitos dos povos indígenas exige o reconhecimento de múltiplas formas de existência, apontando para a construção de um pluriverso no qual diferentes modos de vida possam coexistir com dignidade.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

- AGEPEN (Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário). **Informações Penitenciárias ano 2025 – setembro**. Disponível em: <https://www.agepen.ms.gov.br/informacoes-penitenciarias-ano-2025/>. Acesso em: 06 nov. 2025.
- ANTUNES, Jederson *et al.* Como escrever um relato de experiência de forma sistematizada? Contribuições metodológicas. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, 2024.
- BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 1984.
- BRASIL. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Brasília/DF, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. SENAPPEN (SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - SISDEPEN**. Brasília: Senappen, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/servicos/sisdepen> . Acesso em: 08 abr. 2026.
- CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA). **Resolução n. 391, de 10 de maio de 2021**. Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade. Brasília/DF, 2021.
- DIETER, Vitor Stegemann; FREITAS JR., Renato de Almeida. **The ‘prison-presence’: prison culture beyond its walls**. *Antigone (Semestrare di critica del sistema penale e penitenziario)*, v. 15, p. 62-81, 2020.
- ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUAJAJARA, Sonia; SANTANA, Carolina Ribeiro; LUNELLI, Isabelli Cristina. “Índio Integrado” e “Índio Aculturado”: o uso desses padrões de criminalização de lideranças indígenas pelo judiciário brasileiro. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, vol.14, n. 02, 2023, p. 1247-1281.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo Demográfico 2022: primeiros resultados do universo/IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf> . Acesso em: 07 nov. 2025.
- INDIGENOUS PEOPLES RIGHTS INTERNATIONAL. **Uma anatomia das práticas de silenciamento indígena: relatório sobre criminalização e assédio de lideranças indígenas no Brasil**. Philippines, 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/files/2021/05/UMA-ANATOMIA-DAS-PRA%CC%81TICAS-DE-SILENCIAMENTO-INDI%CC%81GENA.pdf> . Acesso em: 05 nov. 2025.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Guarani Kaiowá**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Kaiow%C3%A1#Nome . Acesso em: 02 nov. 2025.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Teko Porã**. 2025a. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-teko-pora/programa-teko-pora>. Acesso em 09 nov. 2025.
- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Teko.poraifms**. 2025b. Disponível em: <https://www.instagram.com/teko.poraifms/>. Acesso em: 09 nov. 2025.
- IORIS, Antônio Augusto Rossotto; SERAGUZA, Lauriene; LADEIA, Elaine da Silva (Org.). Por uma Universidade Guarani-Kaiowá no Brasil: pesquisando, vivendo e transformando uma realidade em disputa. *In: Guarani e Kaiowá: modos de existir e produzir territórios*. vol. 5. Curitiba: Appris, 2024.

LA CADENA, Marisol de; BLASER, Mario. Introduction - Pluriverse Proposals for a World of Many Worlds. *In*: LA CADENA, Marisol; BRASER, Mario. **A World of Many Worlds**. London: Duke University Press Durham, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. **Portaria GAB/GM/MPI Nº 217, de 22 de setembro de 2023**. Constitui Gabinete de Crise, no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas, para acompanhar a situação de violação de direitos humanos do povo Guarani Kaiowá, localizado na região sul de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de propor ações e medidas de proteção. Brasília/DF, 2023.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (bem viver). **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 20, n. 39, p. 60-85, 2017.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. **Ñande Ru Marangatu**: laudo parcial sobre uma terra Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai em Mato Grosso do Sul. Dourados: UFGD, 2009.

TURINO, Célio. Prefácio à edição brasileira. *In*: ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

Data da submissão: 25/01/2026

Data da aprovação: 27/05/2026